

CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão
Permanente de Economia
Assembleia Legislativa Regional dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901-858 HORTA

Nossa Referência
Of. N.º 583/CI/2017

Data
07/03/2017

Assunto: Parecer escrito no âmbito das Orientações de Médio Prazo 2017|2020 e do Plano Anual Regional para 2017.

De acordo com as atribuições e competências que nos são incumbidas, nomeadamente o disposto na alínea e) e alínea f) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º21/99/A, de 10 de Julho, vimos por este meio dar parecer sobre as “Orientações de Médio Prazo 2017|2020” e do “Plano Anual Regional para 2017”.

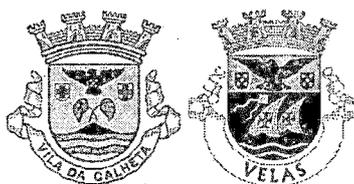
Segue em anexo o parecer emitido em reunião extraordinária deste Conselho de Ilha realizado no passado dia 3 do corrente mês de Março.

Com os melhores cumprimentos e consideração,

O Presidente

Dário Bernardo do Nascimento

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	803
Data:	014, 03, 08
Proc. n.º	102/2/K1
N.º	102/3/K1



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Parecer do Conselho de Ilha de São Jorge relativo às Orientações de Médio Prazo 2017|2020 e sobre o Plano Anual Regional para 2017

Conforme o solicitado pelo Governo Regional dos Açores, nomeadamente pela Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, o Conselho da Ilha de São Jorge, reunido a 3 de março de 2017, resolveu emitir parecer positivo, na generalidade, quer às Orientações de Médio Prazo 2017|2020, quer ao Plano Anual Regional para 2017, sem prejuízo do parecer abaixo mencionado, relativo aos documentos em apreço, refletindo as preocupações dos Conselheiros e aprovado por unanimidade.

Considera este Conselho sublinhar a importância deste órgão a nível de Ilha, o qual deverá assumir um papel preponderante nas opções e estratégias governamentais para a Ilha, inclusive nas opções públicas de investimento, devendo os pareceres emitidos por este serem considerados pelo Governo Regional de uma forma efetiva, não passando apenas pelo mero cumprimento de consulta previsto na legislação em vigor.

Orientações de Médio Prazo 2017|2020

O Conselho de Ilha de São Jorge, em termos gerais e após uma análise do documento, considera que existe uma uniformidade quanto à distribuição das suas dotações globais ao longo dos anos, existindo apenas pequenas variações, o que poderá refletir um reduzido potencial para mudar o rumo da economia, no sentido de otimizar um crescimento dinâmico e sustentado, gerador de riqueza e de criação de emprego, sendo esse um aspeto de extrema importância para a Ilha de São Jorge, uma vez que se verifica uma crescente desertificação da Ilha.

Quanto à dotação para a Juventude, este Conselho avalia de forma positiva o aumento verificado, ficando expectante que tal se reflita em políticas que fomentem o empreendedorismo e a criação de emprego, com a consequente fixação de jovens na nossa Ilha.

O Conselho de Ilha enfatiza, no entanto, a necessidade da realização efetiva da estratégia e objetivos anunciados, sendo fulcral as políticas de coesão social e territorial que visem o desenvolvimento de todas as Ilhas, promovendo igualdade de acessibilidades nas mais diversas áreas a todos os Açorianos.

Ressalvamos o facto de as Orientações a Médio Prazo 2017|2020 serem coincidentes com o período final do Programa Operacional Açores 2020, sendo este um período de extrema importância, para que haja um integral aproveitamento dos seus recursos financeiros e que estes sejam devidamente direcionados, por forma a promover a sustentabilidade económica, gerando riqueza e empregabilidade.

Plano Regional Anual 2017

Numa primeira análise deste Conselho de Ilha, e fazendo uma observação comparativa com os planos dos anos anteriores, constata-se que muitos dos objetivos e investimentos previstos para S. Jorge não foram cumpridos, transitando de ano para ano e que outros desapareceram das intenções do Governo Regional, deixando este de cumprir com os compromissos assumidos com os Jorgenses. Consequentemente, o aumento global de verba, que surge ao longo dos anos nos sucessivos planos, no que se refere à Ilha de São Jorge não se traduz efetivamente num aumento de investimento na Ilha.

Na análise quanto ao Plano de Investimento de 2017, para a Ilha de São Jorge, no que se refere à desagregação espacial é de referir o seguinte:

- Verifica-se um aumento na verba atribuída à Educação, Cultura e Desporto, contudo importa ressaltar as verbas significativas respeitantes à empreitada da EBS da Calheta e à construção do Museu Francisco Lacerda e Pavilhão de Judo.
- O Conselho de Ilha contempla positivamente o aumento de verba alocada à Juventude, esperando que tal se reflita em políticas que promovam a fixação de jovens na Ilha.
- O Conselho de Ilha manifesta a sua preocupação quanto a inexistência de verba atribuída para S. Jorge, no que se refere ao programa 13 – Assuntos do Mar, uma vez que é do conhecimento geral que existem intervenções determinantes a realizar, nomeadamente na proteção da orla costeira.
- O Conselho de Ilha considera inadmissível o desinvestimento verificado no setor do turismo (-39%), um setor em franco crescimento, e de enorme potencial, sendo essencial consolidar o crescimento que tem existido, e onde existe ainda um longo caminho a percorrer, nomeadamente no que se refere à formação e qualificação dos recursos humanos nesta área, bem como, na requalificação e manutenção das infraestruturas de apoio, como miradouros, sinalização informativa, entre outros.
- Preocupante também é o decréscimo verificado na área das pescas (-64%), sendo este setor primário um importante pilar da economia local, com capacidade de ascensão desde que existisse um sistema de transportes eficaz, dando assim resposta às necessidades do mercado, no que concerne ao escoamento do pescado, para que este possa ser devidamente valorizado;

- No programa 2 – Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, no projeto infraestruturas agrícolas e florestais, e onde se preveem projetos, construção, requalificação e manutenção, nomeadamente de caminhos agrícolas e sistemas de abastecimento de água, não se consegue descortinar o que está previsto para a Ilha de São Jorge para o corrente ano.

No que se refere ao investimento global, obras que decorrem e outras previstas, os Conselheiros entendem ressaltar o seguinte:

- São imprescindíveis, inadiáveis e urgentes as obras do porto de pesca do Topo, assim como do Porto da Calheta, mas infelizmente, e mediante as verbas apresentadas a execução não se traduzirá na efetiva realização das mesmas ainda durante este ano e há tanto prometidas.

- O Conselho de Ilha manifesta o seu desagrado e incompreensão quanto ao desaparecimento, de verbas adstritas ao melhoramento e ampliação do entreposto frigorífico de Velas, ao Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da Ilha de S. Jorge e eletrificação da Fajã de Santo Cristo, que se encontravam previstas no Plano Anual de 2016, sendo estes compromissos assumidos pelo atual Governo Regional.

Por forma a concluir, este órgão considera importante, para que se consiga realizar uma análise efetiva do investimento anual previsto para cada Ilha, a referência do que serão os investimentos realizados por ilha através do setor público regional, uma vez que este tem, sem dúvida, um grande peso no que é o investimento na Região.

Com os melhores cumprimentos e consideração,

O Presidente



Dário Bernardo do Nascimento

São Jorge, 07 de Março de 2017